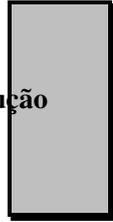


Tradução



## AS GUINADAS LINGÜÍSTICAS NA HISTÓRIA SOCIAL BRITÂNICA\*

Miles Taylor\*\*

No presente momento, a história social contemporânea inglesa passa por uma crise de identidade, incerta quanto a seu futuro e cada vez mais crítica em relação a seu passado. Por mais de trinta anos, a história social neste país experimentou um crescimento duradouro, com as ferramentas e as técnicas da “história vista de baixo” sendo utilizadas em uma grande variedade de áreas – história do trabalho, da família e da sexualidade, relações de classe, crime e protesto social, patriotismo e lazer. Vista nos anos 50 como um simples braço da história econômica ou como uma crônica, nos moldes trevelyanescos, dos hábitos e costumes populares, nos anos 80, a história social tornou-se uma disciplina maior por seus próprios méritos, acompanhada de uma grande quantidade de cadeiras na academia, periódicos, conferências anuais e centros de pesquisa. Nos últimos anos, entretanto, esse confiante tema comum tornou-se dividido e sem direção. A velha história social caiu em desgraça. Pioneiros da “história vista de baixo” como Georges Rudé, E. P. Thompson e Raymond Williams – todos

---

\* Tradução de “The Linguistic turns in British Social History”, artigo publicado no *Bullettino de Dicianovesimo Secolo*, n.º 4, 1995. Tradução de Fernanda Pitta. Revisão de Paulo Fontes e Cristina Menguello. Somos gratos ao autor e a Paolo Macry editor do *Bullettino*, pela permissão concedida para a publicação.

\*\* King’s College, University of London.

|                 |               |        |       |           |
|-----------------|---------------|--------|-------|-----------|
| HISTÓRIA SOCIAL | Campinas - SP | Nº 4/5 | 77-90 | 1997/1998 |
|-----------------|---------------|--------|-------|-----------|

conhecidos pelos especialistas italianos – tornaram-se alvo de reavaliações de críticos e a grande, e há muito esperada coletânea *Cambridge Social History of Britain*, quando finalmente lançada em 1990, teve uma recepção bastante fria. A urgência de renovação teórica tem exercido pressão sobre as novas pesquisas. A mais recente conferência da Social History Society (em York, em janeiro de 1995) foi, pela primeira vez em vinte anos, dedicada à discussão metodológica, e debates sobre o futuro da história social apareceram em praticamente todos os principais periódicos acadêmicos de língua inglesa nos últimos anos<sup>1</sup>.

No centro da atual crise da história social inglesa encontra-se um ataque ao reducionismo econômico e social. Desde os anos 60, seus críticos argumentam que a história social tem-se baseado em modelos de comportamento coletivo que encontram nas condições sociais e econômicas as principais determinantes da experiência humana. Tais modelos não são necessariamente marxistas. De fato, na Grã-Bretanha, influências não-marxistas sobre a história social têm sido predominantes – os fabianos e John e Barbara Hammond, historiadores econômicos radicais como G. D. H. Cole e R. H. Tawney, e cientistas sociais behavioristas americanos como Robert Merton. No entanto, tal como Marx, historiadores sociais têm se preocupado em descobrir os “fundamentos invisíveis” (segundo Tawney) da mudança política ou cultural. Críticos da história social argumentam que isso levou a uma preocupação exagerada com a estrutura econômica e social e a um insuficiente reconhecimento do fato de que muitas mudanças culturais e políticas podem ser independentes de desenvolvimentos sócio-econômicos subjacentes. Alguns revisionistas têm exigido que os historiadores sociais dediquem mais atenção ao papel do Estado<sup>2</sup>. Outros –

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, o editorial do número 50 de *Social History* (1992); o número especial de *International Labour and Working Class History* (Outono, 1994). Cf. G. Eley, “Playing it safe. Or: How Is Social History Represented? The new Cambridge Social History”, *History Workshop Journal* (1993); A. Wilson (ed.) *Rethinking Social History* (1993).

<sup>2</sup> Cf., por exemplo, o recentemente estabelecido *Journal of Historical Sociology* (1987).

principalmente historiadores do crime e dos movimentos operários – sugeriram que os historiadores sociais voltem-se para os trâmites internos das instituições, como as cortes e os sindicatos<sup>3</sup>. Entretanto, acima de tudo, críticos da velha história social inglesa têm argumentado que é em direção à linguagem e à simbologia das pessoas comuns e dos movimentos sociais que os historiadores devem agora se voltar para poder entender com propriedade a dinâmica da experiência e do poder da mudança social no passado. Essa é a guinada lingüística [*linguistic turn*] que atualmente se tornou a palavra de ordem contra tudo o que está errado e necessita ser reparado na história social contemporânea inglesa.

De fato, os historiadores sociais britânicos estão sendo impelidos a fazer ao menos três guinadas lingüísticas. Todas as três têm diferentes implicações para o objeto. Primeiramente, há uma guinada lingüística “culturalista”, que enfatiza a importância do imaginado, do simbólico, da retórica e do discurso como instrumentos com os quais homens e mulheres comuns contestaram o poder e a subordinação vindos de cima, criando seus próprios rituais de resistência e experiência compartilhada. Essa abordagem em relação à linguagem não é nova. Ela pode ser encontrada na obra seminal de E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963), e tem sido mantida desde então em periódicos tais como *History Workshop* e *Past and Present*, como também no trabalho recente de historiadores como James Epstein. Em segundo lugar, há uma guinada lingüística “contextualista”, que afirma que formas de identidade social, como classe ou nação, não existem separadas de linguagens políticas específicas por meio das quais elas são articuladas. Esse método, que tem algumas afinidades com o trabalho de historiadores da história intelectual como Quentin Skinner e John Pocock, identifica-se sobretudo com *Languages of Class: Studies in Working Class History, 1832-1982* (1983), de Gareth Stedman Jones. Finalmente, há uma guinada lingüística “pós-modernista”, que vai um passo além e sugere que

---

<sup>3</sup> J. Innes e J. Styles, “The crime wave: recent writing on crime and criminal justice in eighteenth-century England” republicado em Wilson (ed.), *Rethinking Social History*; J. Zeitlin, “From labour history to the history of industrial relations”, *Economic History Review* (1987).

todas as formas de experiência e subjetividade são construídas por “narrativas” nas quais os indivíduos imaginam a si mesmos e a seu lugar dentro da ordem política e social. Na Grã-Bretanha, essa abordagem foi encabeçada por Patrick Joyce em dois trabalhos recentes: *Visions of the People: Industrial England and the Question of Class, 1840-1914* (1991) e *Democratic Subjects: The Self and the Social in 19th Century England* (1994). Na continuação deste artigo, revisarei os debates atuais sobre a guinada lingüística na historiografia inglesa detendo-me no trabalho de Thompson, Stedman Jones e Joyce. Eles não são os únicos protagonistas desse debate, mas suas obras são as mais representativas das diferentes tendências acadêmicas nas últimas três décadas da historiografia social inglesa.

Nos últimos anos estive em voga criticar o trabalho de Thompson como reducionista ou “essencialista”<sup>4</sup>. Entretanto, ironicamente, há trinta anos, Thompson e outros historiadores britânicos da “nova esquerda” foram os pioneiros de uma história vista de baixo que tinha, acima de tudo, o intuito de libertar-se tanto do determinismo econômico daquilo que Thompson chamou “marxismo mecânico”, quanto da história política e econômica feita nas universidades britânicas e norte-americanas<sup>5</sup>. A história contemporânea inglesa era dominada, nos anos 50, por duas tendências majoritárias – a história política de Lewis Namier, que diminuía o papel de ideologia e via os movimentos populares de protesto como incoerentes e irracionais; e a nova história econômica, associada ao americano Walt Rostow, que pintava uma imagem positiva da industrialização, na qual a classe operária era o beneficiário passivo do crescimento. Em seu livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963) Thompson desafiou tudo isso, tentando resgatar a história operária daquilo que chamou “condescendência da posteridade”. Thompson argumentou que por trás da resposta aparentemente incoerente à industrialização inglesa, reside uma ideologia radical e popular racional. As

---

<sup>4</sup> Cf. ensaios de G. Eley, R. Gray e W. Sewell, em: H. Kaye e K. McClelland (orgs.). *E. P. Thompson: Critical Perspectives* (1990).

<sup>5</sup> Para os antecedentes dessa discussão, cf. H. Haye. *The British Marxist Historians* (1984) e B. D. Palmer. *E. P. Thompson: Objections and Oppositions* (1994).

multidões e as turbas do começo do século XIX – os participantes dos motins da fome, os seguidores de Paine, os luditas e os manifestantes em Peterloo – não eram parte de uma reação espasmódica à tensão social, mas sim trabalhadores individuais defendendo costumes (a “economia moral”), e exigindo o reconhecimento de seus direitos constitucionais (aqueles do “inglês livre de nascimento”). Para Thompson, essa combinação da experiência da classe operária da nova ordem industrial e uma herança comum de uma tradição popular radical e por vezes revolucionária alimentou uma crescente consciência de classe. Em outras palavras, a classe operária não foi feita simplesmente pelo motor a vapor ou pelos amplos processos de industrialização. Antes, “a classe operária fez-se a si mesma tanto quanto foi feita”. Em uma série de artigos publicados entre 1967 e 1978, Thompson estendeu esse relato sobre a cultura plebéia no fim do século XVIII, a fim de lançar um olhar sobre as tradições, costumes, simbologia e ordem moral que jaziam sob os movimentos sociais de protesto<sup>6</sup>.

A resposta ao trabalho de Thompson foi lenta. Inicialmente, *A Formação da Classe Operária Inglesa* foi vista como mais um momento do debate sobre a questão de se a industrialização levou a uma melhoria ou a uma deterioração dos padrões de vida. Durante alguns anos, Thompson foi criticado tanto por escritores marxistas como Tom Nairn e Perry Anderson, quanto por historiadores conservadores como Geoffrey Best, por enfatizar em demasia a natureza radical da classe operária inglesa<sup>7</sup>. Gradualmente,

---

<sup>6</sup> Esses artigos foram reimpressos ao lado de trabalhos mais recentes em Thompson, E. P. *Customs in Common* (1991). [*Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras, no prelo. (N.T.)]

<sup>7</sup> P. Anderson. “Origins of the present crisis”, *New Left Review* (1964); T. Nairn, “The English working class”, *New Left Review* (1964); G. Best, “The making of the English working class”, *Historical Journal* (1965). A resposta de Thompson a Nairn e Anderson, “The Peculiarities of the English” (1965), que foi reimpressa em *Misery of Theory and Others Essays* (1978), não foi publicada na edição brasileira de *A Miséria da Teoria e Outros Escritos* (Rio de Janeiro, Zahar, 1978). Foi publicada sob o título “As peculiaridades dos ingleses”, na coleção *Textos Didáticos*, n°.10, IFCH, 1998, 3ª ed. Sua resposta a Best está no posfácio à edição

porém, a influência da obra de Thompson cresceu e forjou a imagem de uma geração de historiadores sociais britânicos em diversas áreas – a história do crime e da repressão, do lazer, das políticas e protestos populares desde os anos 1790 até a era cartista, e também a história das mulheres. Seu impacto sobre a historiografia do trabalho na América do Norte também foi considerável. Os quinze anos que seguiram sua chegada ao *Centre for the Study of Social History*, na Universidade de Warwick em 1965, podem ser considerados como os anos de ouro da história social inglesa.

Tal supremacia não durou. No final dos anos 70, o trabalho de Thompson começou a ser revisto por vários historiadores que trabalham sobre o século XIX, para os quais sua ênfase na consciência revolucionária da classe operária provou-se de difícil aceitação à luz do colapso da política das classes trabalhadoras após a derrota do cartismo. Essa reavaliação da consciência de classe foi parcialmente instigada por uma nova onda de teoria marxista nas universidades britânicas. Os escritos de Gramsci, então disponíveis em inglês, foram influentes, como também os de Louis Althusser e Nicos Poulantzas. Por essa razão, o debate hoje é lembrado principalmente como uma disputa sobre a “teoria”<sup>8</sup>. Mas havia, na mesma medida, considerações propriamente historiográficas. Primeiramente, lembrou-se que a narrativa feita por Thompson sobre a relação entre a experiência econômica da classe operária e a consciência de classe era por demais simplista. As experiências da classe operária eram diversas; as divisões dentro da classe eram tão significativas quanto as entre a classe operária e a classe média; e a consciência de classe na Inglaterra freqüentemente “olhava para trás”, numa atitude romântica e apolítica. Em segundo lugar, argumentou-se que uma excessiva concentração na auto-formação da classe operária e em sua experiência de industrialização levou-o a negligenciar suas relações com o Estado e com a ideologia da classe dominante. Uma história “vista de cima” era necessária para complementar a

---

de 1968 de *Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. (N.T.)

<sup>8</sup> K. Nield. “A symptomatic dispute?: Notes on the relation between Marxian theory and historical practice in England”, *Social Research* (1980).

“história vista de baixo”. Uma maior clareza em relação à diversidade e heterogeneidade da experiência da classe operária, às atividades do Estado e às limitações da ideologia da classe operária tornaram-se as características dominantes de muito do que a história social produziu entre a metade dos anos 70 e a metade dos 80.

Gareth Stedman Jones foi um dos envolvidos na reavaliação do trabalho de Thompson no fim dos anos 70. Nos anos 60 ele esteve associado, na *New Left Review*, aos críticos marxistas de Thompson, Perry Anderson e Tom Nairn. Como estes, ele estava interessado em explicar o abismo entre o retrato feito por Marx e Engels do proletariado inglês e a verdadeira atitude da classe operária inglesa do século XIX. Ao mesmo tempo, Stedman Jones aceitava a avaliação de Thompson acerca do crescimento da consciência de classe no início do século XIX e, como Thompson, ele dispensava as explicações sociológicas para o comportamento político da classe operária tais como a teoria da “aristocracia operária” ou do “controle social”. Em seu trabalho publicado na metade dos anos 70, Stedman Jones estava preocupado em entender o declínio da cultura popular radical analisada por Thompson em *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Sua análise pioneira da emergência de uma cultura de salão em Londres após 1870 foi escrita muito em acordo com a tradição da “história vinda de baixo”, inspirada por Thompson<sup>9</sup>.

No entanto, no final dos anos 70, Stedman Jones convenceu-se de que a explicação para o declínio da cultura política da classe operária depois de 1850 deveria ser encontrada na política do movimento cartista. Esse era o tema de seu ensaio *The Language of Chartism*, publicado em 1982<sup>10</sup>. Mediante um exame atento da linguagem política dos cartistas, Stedman Jones demonstrou as similaridades entre a retórica cartista e os argumentos dos radicais do século XVIII. O principal foco desses argumentos não era uma

---

<sup>9</sup> “Working class culture and working class politics in London, 1870-1900: notes on the remaking of a working class” [1975] reimpresso em Stedman Jones. *Languages of Class*.

<sup>10</sup> Em: Epstein e D. Thompson (orgs.) *The Chartist Experience: Studies in Working Class Radicalism and Culture, 1830-1860* (1982).

crítica da ordem industrial ou da exploração de classe, mas o monopólio do poder político exercido pela aristocracia, ou a “velha Corrupção”, como era conhecida. As divisões sociais das quais reclamavam os cartistas não se davam entre uma classe média exploradora e uma classe operária alienada, mas entre os opulentos “ociosos”, sustentados pelo Estado, e as classes “produtivas” que viviam de seu próprio trabalho. Por esse motivo, o cartismo, sugeria Stedman Jones, não poderia ser considerado um movimento do proletariado industrial, como Engels pensara, nem uma expressão da consciência de classe, como argumentara Thompson, pois a linguagem usada pelos cartistas para descrever seu movimento e suas reivindicações antecedia a formação da classe operária. Stedman Jones não negou que o cartismo era composto pela classe operária, nem que o descontentamento econômico e social ofereceu as bases para a emergência do movimento. Mas ele insistiu que a participação da classe operária nesse movimento não explicava por que esse descontentamento deveria tomar uma forma especificamente cartista. Conforme ele explicitou, “o crescimento e o declínio do cartismo aconteceram em função de sua capacidade em persuadir seus componentes a interpretar sua miséria ou descontentamento nos termos de sua linguagem política”. Nos anos 1830, os cartistas foram capazes de atribuir a causa da miséria social às políticas do Estado Whig não-reformado e a seus aliados da classe média. Altos impostos indiretos e intervenção governamental central, através da nova Lei dos Pobres [*Poor Law*] foram vistas como uma nova forma da “velha Corrupção”. Entretanto, nos anos 1840, o governo dirigido por *Sir* Robert Peel implementou uma grande onda de reformas tributárias sem nenhuma reforma parlamentar real. Stedman Jones argumentou que, desse modo, Peel tornou impossível aos cartistas atribuir a miséria a uma causa política, e por conseguinte o movimento perdeu sua força.

Em 1983, uma versão mais longa desse artigo sobre o cartismo foi republicada em uma coletânea de ensaios de Stedman Jones, *Languages of Class*. Na introdução à coletânea, o autor expôs uma nova abordagem teórica para explicar a consciência de classe nos séculos XIX e XX. A classe, argumentou, deveria ser vista como um produto “discursivo”, não

como uma entidade “ontológica”. O uso da linguagem de classe no debate político não é simples reflexo ou referência a uma realidade social anterior. Pelo contrário, a própria linguagem define as necessidades, aspirações e a identidade coletiva. Portanto, para compreender os movimentos políticos da classe operária, os historiadores deveriam estudar de que modo a classe operária se constituiu como discurso político, e quão acertadamente essa construção descreveu a auto-identificação daqueles para os quais ela se dirigia. Em *Languages of Class*, Stedman Jones também demonstrou de que maneira tal fórmula pôde ser usada na história do Partido Trabalhista na Inglaterra, assim como no movimento cartista.

O trabalho de Stedman Jones provocou reações díspares<sup>11</sup>. Historiadores do cartismo rapidamente refutaram alegações de que o cartismo não era primordialmente um movimento de classe. Alguns tentaram recuperar teorias marxistas da linguagem ou enfatizaram que Thompson estava ciente da importância da linguagem e da ordem simbólica<sup>12</sup>. Particularmente significativo foi o trabalho de James Epstein<sup>13</sup>. Em uma série de artigos sobre o radicalismo inglês do início do século XIX, Epstein argumentou que as linguagens políticas eram indeterminadas e “multi-vocais”. Os significados de diferentes idéias, palavras, signos e símbolos eram invocados para si por grupos políticos e sociais. Em outras palavras, a linguagem era uma fonte de disputa e de

---

<sup>11</sup> Para um resumo da recepção ao livro, ver: J. Lawrence e M. Taylor. “The poverty of protest: Gareth Stedman Jones and the politics of language – a reply”, *Social History* (1993). Para a resposta de Stedman Jones a seus críticos, ver a edição alemã de seus ensaios: *Klassen, Politik und Sprache: für eine theorieorientierte Sozialgeschichte*. Münster, 1988.

<sup>12</sup> J. Foster. “The declassing of language”, *New Left Review* (1985); R. Gray. “The deconstructing of the English working class”, *Social History* (1986); N. Kirk, “In defense of class”, *International Review of Social-History* (1987); D. Mayfield e S. Thorne. “Social history and its discontents: Gareth Stedman Jones and the politics of language”, *Social History* (1992).

<sup>13</sup> J. Epstein. “Rethinking the categories of working class history”, *Labour/Le Travail* (1986); J. Epstein. *Radical Expression: Political Language, Ritual and Symbol in England, 1790-1850* (1994).

conflito, não um significado sedimentado, como Stedman Jones tendia a acreditar. O trabalho de Epstein é significativo também pela ampla gama de meios de comunicação que estuda. Como outros críticos, ele argumentou que o modelo de Stedman Jones concentra-se por demais na linguagem política “formal” – a “história das idéias” – e não se interessa pela rica cultura visual e falada do início do século XIX na Inglaterra. No entanto, poucos historiadores exploraram as implicações do modelo de Stedman Jones para explicar a inter-relação entre linguagem política e estrutura social. Houve mais interesse em buscar as continuidades presentes nas idéias radicais, segundo as linhas delineadas por Stedman Jones para reconsiderar as origens dos argumentos cartistas no século XVIII. Alguns desses trabalhos por vezes enfatizaram em demasia a disjunção entre a linguagem política e a mudança cultural e social<sup>14</sup>. Semelhante crítica pode ser feita a um recente estudo de Dror Wahrman. Influenciado por Stedman Jones, esse ambicioso e abrangente livro investiga uma variedade de fontes políticas, jornalísticas, visuais e literárias, a fim de documentar a construção da idéia de “classe média” na Inglaterra<sup>15</sup>.

Stedman Jones foi também criticado por não ir longe o suficiente em sua acolhida à abordagem pós-estruturalista da consciência de classe. Joan Scott argumentou que o ensaio de Stedman Jones sobre o cartismo não atenta suficientemente para a idéia deconstrutivista da *différence* e, deste modo, falha em entender como a linguagem “produtivista” do cartismo baseava-se em uma idealização das virtudes do cidadão masculino<sup>16</sup>. Patrick Joyce sugeriu que Stedman Jones não foi longe o suficiente para revelar a ampla variedade de meios pelos quais linguagens que não são de classe

---

<sup>14</sup> E.F. Biagini & A. J. Reid (orgs.). *Currents of Radicalism: Popular Radicalism, Party Politics and Organized Labour in England, 1850-1914* (1991); J. Lawrence. “Popular radicalism and the socialist revival”, *Journal of British Studies* (1992); M.Taylor. *The Decline of British Radicalism, 1847-1860* (1995).

<sup>15</sup> D. Wahrman. *Imagining the Middle Class: The Political Representation of Class in England, c. 1780-1840* (1995).

<sup>16</sup> J. Scott. “On language, gender and working class history”, *International Labor and Working Class History* (1987).

invadem a política e a cultura populares na Inglaterra do século XIX. Como Epstein, Joyce é crítico em relação à definição restritiva que Stedman Jones faz da linguagem política como história intelectual.

Os objetivos dos dois livros de Joyce são muito mais amplos do que os de Stedman Jones. Utilizando ecleticamente os estudos de gênero, a teoria literária pós-estruturalista e a sociologia política recente, Joyce busca uma nova interpretação dos “valores” populares, ou de como os trabalhadores da era vitoriana “viam o mundo”. Muito de seu material de pesquisa provém de Lancashire, o *locus classicus* do industrialismo, e tema de seu trabalho anterior<sup>17</sup>, mas ele o utiliza diversamente em seus dois livros. Ambos partem da crítica à noção thompsoniana de consciência de classe. Joyce vai mais além do que Stedman Jones, argumentando que a linguagem prefigura a “experiência”. Nossas crenças e nossa maneira de entender e ordenar o mundo são moldadas pela linguagem. Em *Visions of the People*, Joyce sugere que a linguagem predominante na era vitoriana era a do “populismo”, não a de classe, dividindo seu livro em três capítulos que analisam o papel do populismo na política, as relações industriais e a cultura popular do período. Da política popular do período Joyce revela uma série de temas e formas retóricas – a da “gente” virtuosa e correta, a comunidade protestante, o poderoso imaginário religioso do martírio e do “eleito”, uma idéia mística da idade de ouro do pastoreio da terra, a moralidade do melodrama gótico. Ele afirma que o senso de justiça e direitos presentes nesses temas ofereceram material para a retórica política do período e que, após 1860, tanto o Partido Liberal quanto o Conservador apropriaram-se com sucesso dessas imagens. Similarmente, ao estudar as relações industriais, Joyce encontrou em funcionamento o populismo, não a classe. Tanto os sindicatos como os empregados usavam a linguagem da harmonia, “justa troca” e compartilhavam um respeito pela hierarquia corporativa, a noção de igualdade perante a lei, e a reciprocidade de direitos e interesses. No capítulo final do livro, Joyce investiga a cultura popular do período, estudando a literatura em dialeto, a balada popular e o salão de baile, encontrando pouca evidência da consciência de classe. Em vez disso, encontra

---

<sup>17</sup> *Work, Society and Politics: The Culture of Factory in Late Victorian England* (1980).

uma identidade local e regional, uma celebração da “gente decente” (não uma classe em particular), uma cultura da pobreza que oscilava entre fatalismo e utopia, e um forte sentido do passado protestante britânico.

Como *Languages of Class, Visions of the People* foi criticado por seu determinismo lingüístico, embora alguns historiadores tenham notado que a declaração de Joyce em favor do pós-estruturalismo feita em sua introdução não foi sustentada com a menor consistência no restante do livro<sup>18</sup>. Explorando os valores, as crenças, a *mentalité* da classe trabalhadora de Lancashire e em sua ênfase em uma cultura comunal e consensual, sua agenda e suas conclusões estavam talvez mais próximas de seu trabalho anterior e também de uma abordagem “culturalista” do que parecia de início.

Em *Democratic Subjects*, publicado no outono de 1994, Joyce acolheu essa crítica. Ele tentou sanar a deficiência engajando-se mais diretamente na teoria pós-estruturalista, especialmente a de Michel Foucault, Jacques Rancière e Jean Baudrillard, mas também na sociologia política norte-americana, como a de Charles Taylor. Nesse seu último livro, ele está mais preocupado com a construção lingüística da subjetividade e da auto-identidade, que ele explora através de um exame do que chama de “o inconsciente político” ou o “imaginário democrático”.

O livro divide-se em três partes. Há dois estudos de caso – do memorialista e poeta que escrevia em dialeto de Lancashire, Edwin Waugh, e do orador liberal e membro do Parlamento John Bright. Ambos foram habitualmente vistos como representantes dos valores das classes média e operária. Joyce procede a uma leitura atenta dos diários de Waugh e dos discursos de Bright e encontra, nos dois, não uma série de afirmativas acerca da identidade de “classe”, mas uma série de “narrativas” que descrevem batalhas pessoais e redenção. A de Waugh é uma luta por seu aprimoramento pessoal e pela aquisição de conhecimento, enquanto Bright permanece em um “passado Quaker ficcional”, denotando um sentido de

---

<sup>18</sup> Mayfield e Thome. “Social history and its discontents...” *Social History* (1992); G. Spiegel. “History and post-modernism”, *Past and Present* (1991); J. Epstein. “The populist turn”, *Journal of British Studies* (1993).

exclusão e um processo de ostracismo alimentado por uma esperança num triunfo eventual. Na parte final do livro, Joyce mostra como essas narrativas de trajetórias pessoais também foram fonte de uma identidade política coletiva. Após 1860, por intermédio do desenvolvimento da imprensa escrita, a proliferação de edições baratas de discursos políticos e a ascensão da liderança política carismática sob William Gladstone, as condições estavam dadas para a fabricação de um “imaginário democrático”. Os indivíduos imaginavam a si próprios como sujeitos políticos pela recorrência a várias narrativas românticas – notadamente as da profecia e do martírio, da perda de uma “idade de ouro” e a da constituição inglesa como o “jardim do Éden”. Acima de tudo, Joyce é enfático ao afirmar que a retórica política estava permeada de romantismo – a política dos últimos anos da era vitoriana era uma luta moral de esperança e humanidade contra o materialismo e o interesse de classe: uma batalha da fé e do conhecimento contra a experiência.

Todavia, ainda é cedo para falar de uma recepção crítica a *Democratic Subjects*. Entretanto, é de crer que ele vá encontrar duas objeções principais – uma por parte dos “velhos” historiadores sociais conservadores, outra dos simpatizantes do pós-estruturalismo. Joyce foi muito além do que qualquer outro historiador social revisionista ao adotar a teoria pós-modernista. Em *Democratic Subjects* e em um artigo mais recente<sup>19</sup>, ele clamou por uma nova fundamentação para a história social, na qual “não há verdadeira fundamentação, somente a construção do sentido”. Para muitos historiadores sociais ortodoxos, isso poderá parecer mais uma forma niilista de relativismo, sem a mínima observação às leis acadêmicas da evidência, plausibilidade e exatidão. Os historiadores pós-estruturalistas, em contrapartida, receberão de bom grado tal iconoclastia, mas provavelmente insistirão em que Joyce deveria ser mais cuidadoso, especificando de que modo os significados são construídos e de que maneira eles estimulam as crenças e o comportamento. Por exemplo, a

---

<sup>19</sup> “The end of social history”, *Social History* (1995).

noção de “narrativa” de Joyce parece vaga e mal formulada quando comparada a outras histórias sociais pós-estruturalistas, como a obra de Judy Walkowitz, um estudo muito mais cuidadoso de Londres durante os anos de “Jack, o estripador”<sup>20</sup>.

Deste modo, a história social inglesa é confrontada não a uma guinada lingüística apenas, mas ao menos a três. Os historiadores sociais podem continuar a explorar o conflito social encarnado na linguagem, seguindo as trilhas abertas por E. P. Thompson e pelo mais recente trabalho de James Epstein. Ou, seguindo Stedman Jones, podem reconstruir os contextos políticos específicos nos quais formas-chave da identidade coletiva – nação, feminilidade e masculinidade, classe etc. – foram articuladas. Finalmente, eles podem percorrer a estrada do pós-modernismo com Patrick Joyce e explorar o processo pelo qual os indivíduos no passado “narrativizaram” suas identidades. Qualquer que seja o caminho, os historiadores sociais britânicos devem reconhecer os obstáculos epistemológicos que estarão a sua espera. As três guinadas lingüísticas revistas neste artigo não são totalmente compatíveis. As abordagens “culturalista” e “pós-modernista” vêem os significados e os símbolos sendo contestados, mas diferem quanto à visão de como a linguagem mediatiza a experiência. As abordagens “culturalista” e “contextualista” concordam que a ideologia política popular é racional e coerente, mas diferem quanto à importância a atribuir às classes. A “contextualista” e a “pós-modernista” compartilham a premissa segundo a qual o discurso constrói a identidade, mas divergem em sua opinião do que seja um contexto discursivo significativo. Essas são diferenças importantes que não serão resolvidas sem uma discussão mais abrangente sobre quais devem ser os objetivos da explicação histórica, como tem ocorrido recentemente nos Estados Unidos, em periódicos tão variados quanto *Critical Inquiry* e *The American Historical Review*. Infelizmente, na Grã-Bretanha o debate sobre a guinada lingüística não tem sido propriamente um debate sobre a filosofia da história.

---

<sup>20</sup> *City of Dreadful Delight: Narratives of Social Danger in Late-Victorian London* (1992).